

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

É uma situação que atinge diversas frentes. Como vão ficar os clubes e torcedores lesados pela tramaioa?

Proibir os sites esportivos é missão quase impossível

Diante da denúncia de manipulação das partidas do futebol brasileiro, muitos argumentam que é preciso vetar a atuação das casas de apostas esportivas. Seria ingênuo acreditar nisso. Atualmente, 39 dos 40 times das séries A e B têm algum acordo de patrocínio com as plataformas. Elas estão presentes em todo o ecossistema do futebol — também patrocinam atletas, programas de televisão e transmissões nas redes sociais. Certamente ninguém quer abrir mão dessa montanha de recursos.

Divulgação



MadeiraMadeira fecha lojas e ajusta operação

A crise continua provocando estragos no varejo de móveis e decoração. No ano passado, a rede Etna fechou as portas no Brasil e, no início de 2023, a Tok&Stok anunciou um plano de corte de custos que levou ao fechamento de lojas. Agora, é a vez da curitibana MadeiraMadeira expor as suas dificuldades. Há alguns dias, a empresa encerrou a Guide Shop — espaço que permite ao consumidor ver os produtos vendidos nas lojas online — em Cotia (SP). Desde março do ano passado, 25 unidades foram fechadas.

Ainda há muito a ser revelado no escândalo das casas de apostas

De tempos em tempos, uma denúncia corrói a reputação do futebol brasileiro. Em 2005, o escândalo da Máfia do Apito revelou que árbitros manipulavam resultados de partidas. Agora, descobre-se que dezenas, talvez centenas, de jogadores tomam cartões de propósito, chutam bolas para fora do campo e cometem pênaltis para beneficiar quadrilhas atuantes nas casas de apostas esportivas. A história é chocante não apenas pelo que já foi revelado, mas por aquilo que permanece oculto. Lembre-se de que a bomba nem sequer chegou aos árbitros, que obviamente exercem enorme papel nos rumos da partida — eles podem interferir, com suas decisões, diretamente no placar final. Ou seja, há muito para ser desvendado. É uma situação que atinge diversas frentes. Como vão ficar os clubes e torcedores lesados pela tramaioa? As casas de apostas são vilãs ou vítimas dos criminosos? Os jogadores serão banidos para sempre? E se o craque do time estiver envolvido? Há muitas questões que precisam ser respondidas.

Indústria brasileira volta a crescer

A produção industrial brasileira tem muita lenha para queimar até recuperar os índices pré-pandemia, mas a nova pesquisa sobre o desempenho do setor traz alívio. Segundo o IBGE, a indústria cresceu 1,1% na passagem de fevereiro para março, acima das previsões do mercado (0,9%) e do período anterior, quando houve queda de 0,20%. “A maior parte das atividades ficou no campo positivo e a indústria marcou um crescimento que não era visto desde outubro do ano passado”, disse André Macedo, do IBGE.

Divulgação/Governo Federal



96%

dos brasileiros percebem os impactos da inflação na hora de comprar alimentos, segundo levantamento feito pela Hibou, empresa especializada em pesquisas de mercado

Arquivo Pessoal



Em termos econômicos, o desmatamento da Amazônia é uma enorme destruição de riqueza: ameaça o clima global, a extraordinária biodiversidade, formas de vida e comunidades tradicionais”

Marek Hanusch, economista do Banco Mundial e coordenador do relatório Equilíbrio Delicado Para a Amazônia Legal Brasileira

RAPIDINHAS

Um relatório produzido pelo Banco Central expõe o peso da Americanas para a economia brasileira. Segundo o documento, 30,5 mil empresas mantêm algum tipo de relacionamento comercial com a varejista. Mais do que isso: para 124 companhias nacionais, ao menos 50% de suas receitas são geradas pelas operações com a Americanas.

As exportações brasileiras de café caíram 10% em abril em relação ao mesmo mês do ano passado, conforme revelou o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé). Pior ainda: as receitas encolheram 16,9% no mesmo período. Segundo a entidade, os números de maio mostram sinais de recuperação.

Há pelo menos uma década, a francesa Airbus e a americana Boeing disputam de forma acirrada a liderança do mercado global de aeronaves. De janeiro a abril, a Airbus entregou 181 aviões, retomando assim a liderança no setor. Por sua vez, a Boeing despachou 156 jatos no mesmo período. Elas deverão se revezar no topo durante muito tempo.

Você tem medo de voar? Então é melhor não dar muita atenção para a pesquisa a seguir: um levantamento do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) constatou que 90% dos comandantes, co-pilotos e comissários de bordo já dormiram de forma involuntária durante o trabalho. O estudo é abrangente, com um total de 4 mil tripulantes entrevistados.

» Entrevista | DUARTE JÚNIOR | DEPUTADO FEDERAL (PSB-MA)

Relator do projeto de lei que altera a regulamentação de convênios médicos diz que mais brasileiros podem ter acesso ao serviço e que legislação deve garantir menos burocracia e mais segurança aos usuários

Planos precisam de mais qualidade

» MARIANA ALBUQUERQUE*

Escolhido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), como novo relator do PL dos Planos de Saúde, na semana passada, o deputado federal Duarte Júnior (PSB-MA) defende a atualização da legislação do setor para melhorar o atendimento da população. “Infelizmente houve muito retrocesso. Hoje nós temos 55 milhões de usuários nos planos de saúde. Nosso objetivo é expandir esse serviço para que mais brasileiros tenham condições de ter assistência suplementar”, afirmou Duarte, em entrevista à jornalista Ana Maria Campos para o CB.Poder, um programa do Correio Braziliense em parceria com a TV Brasília. “A gente precisa fazer os planos cumprirem sua missão. O usuário precisa ter segurança e saber que, a partir do momento em que tem o plano de saúde, vai poder usar quando precisar.”

O projeto de lei sob a relatoria de Duarte Júnior foi apresentado originalmente em 2006. A versão mais recente do texto é de 2017 — um substitutivo do hoje senador Rogério Marinho (PL-RN), que, segundo Duarte, levaria consumidores a um cenário pior do que o atual. O deputado pretende deixar o PL pronto para votação no plenário da Câmara na primeira quinzena de junho. Confira trechos da entrevista a seguir:

O que o senhor propõe enquanto relator da lei dos planos de saúde? O que precisa ser alterado nesse projeto?

Existe uma legislação de 1998 que é a Lei 9.656, que regula o serviço de saúde suplementar. Essa legislação vem sendo emendada durante todo esse período, inclusive, com resoluções da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar). O que a gente precisa fazer agora é melhorar a qualidade do serviço. Infelizmente houve muito retrocesso. Hoje, nós temos 55 milhões de usuários no plano de saúde. Nosso objetivo é expandir esse serviço para que mais brasileiros tenham condições de ter a assistência suplementar. A gente precisa fazer os planos cumprirem sua missão.

Como assim?

O usuário precisa ter a segurança de que, a partir do momento em que tem o plano de saúde, vai poder usar quando precisar. Ninguém contrata um plano de saúde, ninguém contrata um seguro de veículo, por exemplo, para usar. Ninguém faz o seguro de um carro para, no momento seguinte, bater no primeiro poste e ver se realmente o seguro vai funcionar. As pessoas fazem uma assistência de saúde suplementar para, quando precisarem, terem a garantia de que a sua saúde vai estar protegida. Se o consumidor se vê sem cobertura no momento em que precisa, é limitação de atendimento. É uma burocracia, muitas vezes, para que o consumidor possa ter acesso a esse serviço.

Mariana Lins



O usuário precisa ter segurança e saber que, a partir do momento em que tem o plano de saúde, vai poder usar quando precisar”

Como ficará o caso de pessoas físicas contratando o serviço?

Nosso objetivo é exatamente enfrentar essas questões. Hoje em dia, é uma dificuldade tremenda a contratação de planos individuais. E existe o plano do falso coletivo. O consumidor tem que se juntar através de um CNPJ, ele, um parente, um amigo, a esposa, para poder apresentar-se como plano coletivo com reajuste extremamente desproporcionais e abusivos. Reajustes que ultrapassam 20%, às vezes 30%, a depender do plano de

saúde. A gente precisa moralizar esse setor.

Que outros aspectos precisam melhorar?

Hoje você vai fazer uma consulta com um especialista, em caráter particular, pagando diretamente aquele profissional, e recebe um atendimento imediato. Já quando recorre ao plano de saúde, é uma burocracia enorme e uma demora para ser atendido ou conseguir um exame. Isso não é justo com o consumidor, que paga muito caro para ter o plano.

Hoje, muita gente reclama dos reajustes elevados das mensalidades. Como fica essa questão?

Existem algumas propostas que foram debatidas no decorrer dos últimos 17 anos que representam retrocesso na defesa do consumidor, do cidadão brasileiro. Por exemplo, a possibilidade de haver um reajuste após 60 anos de idade. Hoje, o reajuste é limitado aos 59 anos. Completou 60 anos, o consumidor não vai pagar mais por nenhum tipo de reajuste, que é o momento que ele mais precisa. Então, essa proposta nós não

podemos aceitar porque representa um retrocesso.

Esses problemas nos planos de saúde têm sobrecarregado a rede pública?

Com certeza. No momento que, com esses 55 milhões de usuários consumidores do plano de saúde, há uma grande negativa no atendimento de saúde suplementar no setor privado, o consumidor vai buscar o setor público. Hoje, de 10 usuários do serviço que têm uma negativa, somente 30% buscam o Poder Judiciário. De acordo com dados do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por exemplo, desses 30%, apenas de 5% a 10% — e no âmbito nacional não é diferente — conseguem uma indenização.

A legislação precisa ser mais rigorosa quanto a isso?

As indenizações, ou condenações, infelizmente, não representam o caráter punitivo com teor pedagógico para desestimular esse tipo de prática. Por isso, uma outra medida, no âmbito dessa atualização da legislação, é aumentar o poder de fiscalização da ANS. A agência precisa cumprir sua missão. Se isso está acontecendo hoje, grande parcela de culpa é da ANS, que é um nicho que não regulamenta o setor como deve, que não equilibra as relações como deve, que permite, por vezes, que as negativas ocorram, e esses planos acabam fugindo da sua responsabilidade. É um momento de modificar a legislação para que o consumidor tenha mais segurança.

* Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo